

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DEISE PROSDOSSIMI DE QUADROS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

Florianópolis

2008

DEISE PROSDOSSIMI DE QUADROS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Dra. Eleonora Milano Falcão Vieira

Co-orientadora: Professora Juliane Vieira de Souza

**Florianópolis
2008**

DEISE PROSDOSSIMI DE QUADROS**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média , atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo relacionados.
Florianópolis, 25 de junho de 2008.

Prof^ª. Dra. Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Prof^ª. Dra. Eleonora Milano Falcão Vieira - Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Juliane Vieira de Souza - Membro
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^º. Dr. Hans Michael van Bellen - Membro
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos difíceis e me ajudar sempre nessa trajetória.

Agradeço ao meus pais, que através de muito amor e dedicação puderem me oferecer sempre uma educação de qualidade para que eu pudesse concretizar essa etapa tão importante de minha vida.

Agradeço também, ao meu esposo Roberto, que desde o início da minha trajetória acadêmica vem me incentivando e ajudando para a conclusão dos meus estudos.

Aos meu irmãos, Diego, Debora e Danielle, que sempre compartilharam e estiveram ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida.

À professora Eleonora, que com muita gentileza me auxiliou e foi minha orientadora nesse trabalho.

À professora Juliane, que com paciência e dedicação me co-orientou na realização deste trabalho.

A todos os professores desta universidade, que de alguma forma contribuíram para minha vida acadêmica, em especial ao professor Hans Michael pela disponibilidade em participar da banca desta monografia.

A todos os amigos que conquistei na vida acadêmica, em especial a Roberta, a Maura e a Veviane, assim como meu primo Luciano e a minha amiga Dani, que de alguma forma contribuíram na realização deste trabalho.

Agradeço a todos os colegas da Agência Biguaçu da Caixa Econômica Federal, que souberam compreender os momentos ruins e apoiar e incentivar para a conclusão desta etapa.

"O estudo, a busca da verdade e da beleza são domínios em que nos é consentido sermos crianças por toda a vida."

(Albert Einstein)

RESUMO

QUADROS, Deise Prosdossimi de. **Responsabilidade Social: Um Estudo de Caso na Caixa Econômica Federal**, 2008, 48f. Monografia da (Curso de Ciências Contábeis) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a prática da responsabilidade social e a evolução qualitativa do Balanço Social da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006. A pesquisa do tipo descritiva é realizada através de um estudo de caso. Para a coleta de dados usa-se os Balanços Sociais publicados pela Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006. Os dados são analisados de forma qualitativa, revelando a importância da interpretação dos dados obtidos. O tema pesquisado mostra-se relevante, pois empresas que publicam Balanço Social criam um diferencial para a sua imagem. A fundamentação teórica aborda aspectos sobre a responsabilidade social empresarial e o conceito de Balanço Social. Para a descrição do estudo de caso apresentaram-se o histórico da Caixa Econômica Federal e os Balanços Sociais. A partir disto, analisam-se os balanços, dando ênfase aos indicadores sociais mais expressivos ali informados. Após a análise, foi possível observar uma evolução significativa na qualidade dos balanços ao longo dos anos, demonstrando maior compromisso da instituição para com a qualidade e a transparência das informações fornecidas à sociedade.

Palavras Chave: Balanço Social. Responsabilidade Social. Indicadores Sociais.

ABSTRACT

This survey aims to examine the practice of social responsibility and qualitative development of the Social Balance of Caixa Econômica Federal between the years 2003 to 2006. The descriptive research is carried out through a case study. For data collection is used the Social Balances published by Caixa Econômica Federal between the years 2003 to 2006. The data are analyzed in a qualitative way, revealing the importance of interpreting the data obtained. The subject researched is relevant, because companies that publish Social Balance create a differential for its image. The theoretical foundation raises issues on corporate social responsibility and the concept of Social Balance. For a description of the case study presents the Caixa Econômica Federal's history and the Social Balances. From this, looks up the balance sheets, emphasizing the more expressive indicators there informed. After the analysis, it was possible to see a significant change in the quality of the balances over the years, showing greater commitment of the institution with the quality and transparency of information provided to the society.

Key Words: Social Balance. Social Responsibility. Social Indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Receita Líquida (RL)	35
Figura 02: Base de Cálculo – Folha de Pagamento Bruta	36
Figura 03: Indicadores Sociais Internos	36
Figura 04: Variação dos Indicadores Sociais Internos em Relação a 2003.....	37
Figura 05: Participação em Investimentos com Segurança, Educação, Cultura e Saúde.....	38
Figura 06: Participação em Investimentos com Alimentação e Previdência Privada.....	38
Figura 07: Indicadores Sociais Internos em 2006	39
Figura 08: Cultura e Esporte.....	40
Figura 09: Contribuições para Sociedade X Tributos	40
Figura 10: Investimentos em Meio Ambiente	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Relação da Receita Líquida com os Indicadores	43
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

- RSE - Responsabilidade Social Empresarial
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- GRI - Global Reporting Initiative
- ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- BNH - Banco Nacional de Habitação
- FAZ - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
- FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA E PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1.	Objetivo Geral	13
1.2.2.	Objetivos Específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	14
1.4	METODOLOGIA	14
1.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	16
1.6	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	17
2.2	BALANÇO SOCIAL: CONCEITO	21
2.2.1.	O Balanço Social e a Qualidade Da Informação	24
2.2.2.	Padronização	24
2.2.3.	Viés para potencialização de resultados	25
2.2.4.	Baixa Transferência	25
2.2.5.	Abrangência	27
3	ANÁLISE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	28
3.1	HISTÓRICO DA CEF	28
3.2	ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DOS ANOS DE 2003 A 2006	31
3.3	ESTUDO DOS BALANÇOS SOCIAIS DA CEF DE 2006 A 2006	35
3.3.1.	Base de Cálculo	35
3.3.2.	Indicadores Sociais Internos	36
3.3.3.	Indicadores Sociais Externos	39
3.3.4.	Indicadores Ambientais	41
3.3.5.	Indicadores do Corpo Funcional	41
3.3.6.	Receita Líquida Versus Indicadores	43

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
4.1 CONCLUSÕES	44
4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	45
 REFERÊNCIAS	 46

1 INTRODUÇÃO

A empresa socialmente responsável é vista como a instituição que além de ser rentável e gerar resultados aos seus acionistas, busca o desenvolvimento da sociedade na qual está inserida e preocupa-se com a preservação do meio ambiente.

Desde 1990, a expressão Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vem ganhando bastante repercussão na esfera mundial. Na atualidade, a RSE pode ser explicada pelo desenvolvimento de muitos fatores, dentre eles a anti-globalização, o consumismo, o ativismo dos acionistas e o aperfeiçoamento da governança corporativa.

A Responsabilidade Social Empresarial é uma tentativa de equiparar os interesses dos grupos econômicos e da sociedade. A preocupação com a responsabilidade social por parte das empresas vem crescendo, isto porque as empresas enfrentam constantemente novos desafios impostos pelas exigências dos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações e regras comerciais.

As vantagens para as empresas que investem em programas sociais internos e externos são muitas, entre elas, o maior comprometimento do empregado com a empresa, refletindo diretamente no resultado da organização. Segundo Gil (2002, p.44), “os empregados mais produtivos são os que mais se identificam com a cultura da empresa e com seus objetivos”.

Deste modo, esta pesquisa pretende realizar um estudo comparativo entre os Balanços Sociais da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006, para verificar a evolução da responsabilidade social desses demonstrativos nos períodos analisados.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Está cada vez mais difundida nos vários setores da sociedade que a atual situação do mundo requer especial atenção das empresas para sua dimensão social. Tanto as empresas públicas quanto as privadas, mesmo sem querer, são agentes sociais no processo de desenvolvimento.

Este trabalho se propõe a discutir aspectos teóricos e práticos relacionados a responsabilidade social da Caixa Econômica Federal (CEF), uma empresa pública, fundada em 12 de janeiro de 1861, com o intuito de atender as necessidades de todos os brasileiros.

A nova estrutura da empresa cidadã baseada no resgate dos princípios éticos e morais passou a ter natureza estratégica. A importância da elaboração e divulgação do

Balanco Social de forma transparente e objetiva serve como um valioso instrumento para medir como vai o exercicio da responsabilidade social nas empresas.

O Balanco Social é uma questão bastante discutida em função de que os demonstrativos publicados atualmente têm apresentado pouca padronização e transparência, bem como a forte influência da área de marketing.

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pelas empresas no qual são reunidos dados sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas a todo público com o qual a empresa se relaciona: acionistas, consumidores e clientes, comunidade vizinha, funcionários, fornecedores, governo, organizações não-governamentais, mercado financeiro e a sociedade em geral. (RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2005)

O Brasil possui algumas normas sobre o Balanco Social, embora ainda não tenha sido aprovado nenhum projeto de lei em esfera federal. Isto faz com que o referido demonstrativo se enfraqueça em relação a sua finalidade, que é apresentar informações qualitativas e quantitativas sobre a posição da empresa perante a sociedade.

Neste trabalho pretende-se responder a seguinte pergunta: **Como foi a evolução da responsabilidade social da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da responsabilidade social através dos Balanços Sociais da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos esta pesquisa propõe:

- a) Estudar os Balanços Sociais da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006.
- b) Identificar os indicadores qualitativos desses demonstrativos no mesmo período.
- c) Comparar as informações de responsabilidade social nos balanços sociais referente aos anos de 2003 a 2006;

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Cada vez mais a imagem que as empresas querem passar a seus clientes será a de uma empresa ética. Na realidade, elas precisam demonstrar que são alinhadas com a moral e sintonizadas com os costumes vigentes, porque esses condicionantes subordinam suas atividades e estratégias.

A divulgação de ações que ultrapassam o registro e o desempenho de natureza econômico-financeira, se concretizam por diversas maneiras e fazem parte dos procedimentos sistematizados pela contabilidade sob enfoque social. Hoje, não basta apenas atuar no mercado de uma forma responsável, é necessário evidenciar os resultados desse comprometimento social através de relatórios.

Segundo Kroetz (2001, p.64), o “Balanço Social tem a função de apresentar informações relativas às ações/influências sociais e ambientais pertinentes às entidades; isso para auxiliar internamente no processo de controle, planejamento e tomada de decisão”.

Empresas que publicam balanço social criam um diferencial para a sua imagem. A transparência dos dados é estratégia fundamental na elaboração dos balanços, pois prova que a empresa está aberta a apontar suas deficiências e assim aprimorar seu desempenho. Cada vez mais isso vem sendo valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo.

A par da divulgação das ações sociais empresariais, cuida-se também de analisar essas ações por meio de informações apresentadas mediante a utilização de indicadores e demonstrativos específicos desenvolvidos por entidades e pesquisadores envolvidos com o tema.

A elaboração de um balanço social também pode ser uma ferramenta de auto-avaliação para as empresas, já que proporciona uma visão geral sobre sua gestão e a disposição de seus valores e objetivos presentes e futuros com seus resultados atuais.

Neste trabalho é dado destaque aos Balanços Sociais publicados pela Caixa Econômica Federal nos anos de 2003 a 2006.

1.4 METODOLOGIA

Este tópico trata dos procedimentos metodológicos adotados para elaboração do estudo.

Com base nos objetivos, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental.

Pesquisa, segundo Gil (2002, p.19), “pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são expostos”.

Este trabalho científico demonstra os processos a serem descritos através da análise de Balanços Sociais, publicados pela CEF, os quais são interpretados e comparados, para que se possa então chegar aos resultados.

Segundo Gil (2002, p. 46) a “pesquisa descritiva tem como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento das relações entre variáveis”.

Segundo Martins (2000, p.28), a pesquisa bibliográfica é “o estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o assunto”.

Já a pesquisa documental, conforme Fachin (2001, p.152), “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de todas as espécies de informações [...] na forma de textos, imagens e outros”.

Em relação aos procedimentos, este estudo foi desenvolvido por meio de um estudo de caso, que, para Gil (2002, p. 54) é “encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real”. Nele utilizaram-se os Balanços Sociais da CEF de 2003 a 2006. Eles serviram como fonte de dados de onde as informações eram extraídas de modo que pudesse ser feito o acompanhamento da evolução das mesmas no decorrer do tempo em questão.

A primeira etapa desta pesquisa consiste na revisão teórica, com coleta de informações relacionadas com o assunto constituindo assim fundamentação teórica.

A segunda etapa diz respeito à coleta de dados, através da análise das informações contidas nos balanços sociais da CEF entre os anos de 2003 a 2006.

A terceira etapa versa a análise dos dados coletados através do aprofundamento do demonstrativo financeiro social do Balanço Social publicado pela empresa envolvida no estudo, verificando assim, se houve progressos qualitativos, classificando-os em negativos e positivos, podendo então avaliar quais são os tipos de elementos que vêm recebendo maior destaque nos demonstrativos da empresa.

A abordagem qualitativa é predominante nesta pesquisa e visa destacar peculiaridades que não são possíveis de ser destacadas por estudos quantitativos, concebendo uma história mais pormenorizada em relação aos dados que estão sendo estudados.

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho está limitado a pesquisa do demonstrativo financeiro social, em destaque o Balanço Social, aplicado e publicado pela Caixa Econômica Federal.

As análises e interpretações encontram-se limitadas a empresa envolvida neste trabalho.

O estudo abrange a análise de Balanços Sociais dos períodos de 2003 a 2006 da CEF, não obtendo entrevistas com os administradores da instituição apresentada nesta pesquisa, limitando-se então às informações do site.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente estudo está dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a proposta oferecida pelo estudo, apresentando a introdução, definindo-se o problema levantado, a justificativa, a metodologia, as limitações e a organização.

O segundo capítulo contém a fundamentação teórica, conceituando-se a Responsabilidade Social Empresarial e o Balanço Social.

O terceiro capítulo apresenta os dados coletados da empresa em estudo, a Caixa Econômica Federal, realizando uma análise da evolução qualitativa do Balanço Social publicado pela mesma.

No quarto capítulo é apresentada a conclusão, os aspectos ressaltados no texto, fazendo-se as elaborações finais.

Ao final, estão as referências utilizadas neste trabalho, bem como os anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordados conceitos referentes a Responsabilidade Social Empresarial e Balanço Social, bem como suas origens, evolução e seus aspectos positivos e negativos de uma forma geral.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Por muitos anos diversas organizações preocupavam-se apenas com a obtenção de lucros cada vez maiores, tirando da sociedade na qual estavam inseridas, tudo que fosse necessário para o alcance de seus objetivos, deixando praticamente nada em troca.

Desde 1960, a sociedade civil norte-americana iniciou um movimento de boicote a aquisição de produtos e ações das empresas que apoiavam a guerra do Vietnã. Na Europa a sociedade civil também se manifestou exigindo das empresas uma postura mais ética na realização dos negócios como, por exemplo, o movimento estudantil de 1968 na França. Nesse contexto, a publicação de relatórios sociais pelas empresas tornou-se lei em diversos países europeus. Assim ao papel da empresa incorporou-se a prática de ações sociais voltadas para a comunidade e ao meio ambiente.

A partir de 1990 a mídia tem destacado as empresas cidadãs, ou seja, as empresas responsáveis socialmente. Todos os anos essas empresas publicam seus balanços sociais com o objetivo de divulgar as ações dirigidas aos seus empregados e investidores, bem como a sociedade na qual a empresa está inserida. No Brasil, mesmo não existindo uma legislação específica que obrigue a publicação desse demonstrativo é cada vez maior o número de empresas que o publicam de forma voluntária.

A base de sustentação da empresa do futuro será alcançada através do equilíbrio entre as questões econômicas e sociais.

Segundo Phillip de Voot (2005, apud. RICCA): “somente sobreviverão as empresas que possuírem uma estratégia social”.

A incorporação dos aspectos sociais nas decisões e ações estratégicas das empresas e empreendimentos econômicos globalizados ou não, é uma opção cada vez mais reivindicada pelos agentes sociais.

Pode-se citar como exemplo o evento destacado por Paduan (2005), quando a Nike foi denunciada por contratar fornecedores no Paquistão que utilizavam mão-de-obra infantil na fabricação de bolas e, em uma semana, as ações da companhia caíram 57%.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizaram pesquisas e o resultado revelou “que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente” (TACHIZAWA, 2004, p. 23), o que sugere que as empresas que investem nas áreas sociais e ambientais obtêm vantagens capazes de repercutir em seus desempenhos econômicos.

Os níveis de violência, desemprego e desigualdade social vêm alertando a sociedade para uma mudança de postura no que tange à necessidade de se realizar ações concretas que busquem a redução de suas incidências. Ao mesmo tempo, empresários e dirigentes de diversas organizações vêm aceitando a importância do seu papel na melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários, clientes, fornecedores, da comunidade local, e da sociedade de modo geral.

Segundo Chiavenato e Sapiro (2003, p. 340),

As organizações estão se tornando, demasiado visíveis e vulneráveis e precisam definir um comportamento irrefutável frente aos seus stakeholder's no sentido de manter sua imagem e conceito. Desde o final do século passado, a questão ética tornou-se um imperativo para as organizações, sejam públicas ou privadas. Já existe uma consciência social que impõe a prática da ética empresarial, bem como da responsabilidade social, pois a sociedade quer que as organizações realizem seus negócios e alcancem o lucro por meio de procedimentos corretos e transparentes que respeitem os princípios éticos e a comunidade dentro da qual estão inseridas.

A expressão Responsabilidade Social levanta uma série de interpretações. Para alguns, representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é um dever fiduciário, que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os do cidadão médio. Já outros a traduzem como prática social, papel social e função social e alguns a vêem associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa (ASHLEY, CARDOSO, 2002).

Srour (2000), a define como uma tentativa de compatibilizar os interesses e exigências das organizações e dos Stakeholders, remetendo a uma cidadania organizacional no que concerne ao âmbito interno da empresa e no âmbito externo à implementação de direitos sociais.

Segundo a ótica de Fraedrich e Ferrell (2001) a responsabilidade social seria uma espécie de obrigação que a empresa assume junto à sociedade com a única finalidade de maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos gerados por ela.

Uma das tentativas de definição do conceito foi a proposta por Carroll (2000) que aponta quatro fases ou dimensões para a responsabilidade social: econômica, legal, ética e filantrópica.

Mais tarde, Carroll (2000) ao rever as quatro faces ou dimensões da responsabilidade social, ressaltou que elas são intimamente relacionadas embora estejam freqüentemente em conflito umas com as outras. Ainda assim, cada uma dessas dimensões não existe separada ou isoladamente das outras e o conjunto delas significa a adoção da responsabilidade social.

É importante porém, lembrar alguns itens pertinentes à compreensão do conceito de responsabilidade social em sua totalidade. O primeiro deles seria a expansão do alcance da responsabilidade social, que não mais se limitaria ao interior da empresa, visando somente o lucro. O segundo seria ultrapassar a suas obrigações legais adotando uma política pautada na moral e ética. E por último, a adoção de políticas diferenciadas de acordo a sociedade na qual a empresa se encontra.

Herrmann (2004) afirma que uma política de responsabilidade social pode fornecer valor como parte das atividades estratégicas diárias de uma companhia. E mais, diz que a empresa que ignora isto em suas atividades pode manter o lucro ou o retorno sobre o investimento no curto prazo, mas, a longo prazo, seu lucro potencial é reduzido.

Torres (s. d.) observa que a questão da responsabilidade social empresarial ultrapassa a questão do bem estar da comunidade onde a empresa está inserida e engloba a questão da própria existência da organização, tornando-se uma questão de estratégia financeira e sobrevivência empresarial:

Há muito fala-se em responsabilidade social da empresa. E, de fato, pode-se observar que algumas empresas, aqui no Brasil, têm levado a sério suas relações com a comunidade, com o meio ambiente e com seu próprio corpo de funcionários. Até porque, nos últimos anos, essas relações tornaram-se uma questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial, quando pensamos a longo prazo. Isto sem falar, é claro, do *lado ético e humano* que a responsabilidade social envolve, e por sua vez, pode desenvolver.

Auxiliando nesta “prestação de contas”, algumas organizações não governamentais, tanto no Brasil quanto fora dele, começaram a unir-se na tentativa de formular modelos de relatórios de sustentabilidade transparentes, responsáveis e não enviesados, dentre os quais pode-se destacar o modelo proposto através das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes) elaboradas pela Global Reporting Initiative (GRI).

Estas Diretrizes vêm ao encontro da busca por soluções das dificuldades enfrentadas na ocasião da análise e elaboração dos relatórios sociais, pois proporcionam um modelo que admite comparabilidade das informações entre períodos e empresas diferentes auxiliando a diminuir as dificuldades relacionadas ao tratamento a ser dado no registro e na exposição de informações sociais e ambientais resultantes das atividades de certas empresas (KRAEMER, 2005).

Empresas que pretendam ganhar espaço, nacional e internacionalmente quer pela colocação de seus produtos ou venda de serviços no exterior, quer pela atração de investimentos diretos ou financiamentos externos para fortalecer a base de sua expansão, devem adotar modernas práticas de gestão como diferencial estratégico competitivo. Assim, as empresas que desempenham sua função social de forma correta e divulgam transparentemente as ações empreendidas têm maior propensão a se tornarem respeitadas e admiradas, elevando, conseqüentemente, o valor do seu capital reputacional.

Até porque, nos últimos anos, essas relações tornaram-se uma questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial, quando pensamos a longo prazo. Isto sem falar, é claro, do lado ético e humano que a responsabilidade social envolve, e por sua vez, pode desenvolver.

Atualmente muito se tem discutido sobre a dimensão dos demonstrativos sociais principalmente nos aspectos filantrópicos, relacionados à contribuição sócio-econômica que as empresas têm oferecido às comunidades locais, dos aspectos legais e éticos, mas são poucos ou quase inexistentes os estudos sobre a dimensão econômica que mostram se esta prática de investimento social tem trazido retornos financeiros favoráveis e contribuído assim para auxiliar os gestores na formulação de estratégias empresariais.

Como pode ser observado, as empresas encontraram-se diante de um novo modelo estratégico, onde os interesses dos acionistas começaram a dividir espaços com as demandas da comunidade, dos clientes, dos funcionários e dos fornecedores, chamados de stakeholders.

A medida que a empresa passa a atuar em investimentos no social, ela vai obtendo o reconhecimento da sociedade, mudando sua imagem e assumindo a posição de uma empresa cidadã. Dessa maneira a empresa que assumir compromisso com o social poderá contribuir de maneira decisiva para sua sustentabilidade e para o seu desempenho.

Uma forma de tentar transmitir uma imagem de “Empresa socialmente responsável” é através da elaboração e publicação do Balanço Social.

2.2 BALANÇO SOCIAL: CONCEITO

No Balanço Social, a empresa torna público o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando maior transparência às atividades que buscaram melhorar a qualidade de vida para todos. Sua principal função é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

De acordo com o IBASE “O Balanço Social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade corporativa”.

Realizar Balanço Social, significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

São encontrados diversos conceitos sobre o que vem a ser o Balanço Social. O aqui apresentado foi o elaborado por Tinoco (2002) o qual diz que o Balanço Social é um aparelho de gestão e de informação que tende a corroborar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais da atuação das entidades a diversos usuários.

Uma forma de tentar transmitir uma imagem de “empresa socialmente responsável” é através da elaboração e publicação do Balanço Social, fazendo com que, conforme Martins (1997 apud RIBEIRO, 2005, p. 24), “a sociedade como um todo conheça melhor a empresa”. Contudo, tal construção de imagem deve ser obtida através da formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e não pela utilização de um relatório social distorcido.

A função principal desse demonstrativo é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. O Balanço Social destina-se a muitos usuários. Porém, dentre esses se destacam os trabalhadores, clientes, acionistas, sindicatos dos trabalhadores, instituições financeiras, fornecedores e credores, autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado, comunidade local, pesquisadores, professores, todos os formadores de opinião (TINOCO, 2001).

Buscou-se um aprofundamento na origem da idéia na sua filosofia e evolução, nos seus benefícios, na metodologia e aplicação, de um modelo adequado para que indicadores quantitativos, e qualitativos nas ações sociais defina metas para mensurar e dimensionar a avaliação periódica de suas ações.

Quanto a sua origem, desde o início do século XX registram-se manifestações clamando pelo compromisso das empresas com o bem estar da comunidade onde se encontra. Contudo, foi somente a partir dos anos 60 nos Estados Unidos da América e no início da década de 70 na Europa - particularmente na França, Alemanha e Inglaterra - que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas.

Diversos países da Europa seguiram os passos pioneiros da França e hoje também exigem a elaboração do documento dentre eles a Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Inglaterra e Portugal.

No Brasil, a responsabilidade social começa a ser discutida ainda nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Um dos princípios dessa associação baseia-se na aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade. (LOURENÇO, SCHRODER, 2003).

No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebras, publicado em meados da década de 80. O do Banespa, realizado em 1992, compõe a lista das empresas precursoras em Balanço Social no Brasil.

No entanto em 1997, que o debate em torno do balanço social ganhou mais espaço com a campanha lançada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho). Esta campanha visava estimular a divulgação anual do balanço social sob a alegação de que este passaria a ser “o primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa cidadã”. A campanha contou ainda com o apoio do jornal Gazeta Mercantil, que na época ofereceu gratuidade do serviço de publicação para empresas interessadas. Foi nessa perspectiva que começou a desenvolver-se no Brasil a concepção da importância da elaboração e publicação do Balanço Social.

Para estimular a participação de um maior número de corporações, o Ibase em 1998 lançou o Selo Balanço Social Ibase/Betinho. Este selo é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o Balanço Social no modelo sugerido pelo Ibase, dentro da metodologia e dos critérios propostos. Através deste Selo as empresas podem mostrar - em seus anúncios, embalagens, Balanço Social, sites e campanhas publicitárias - que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente.

Já em 2000, 2001 e 2002 o instituto lançou versões atualizadas do modelo de Balanço Social e em 2003 coordenou a elaboração de um modelo de Balanço Social específico para o terceiro setor e outro para micro e pequenas empresas.

Conforme Ribeiro e Lisboa (1999, p.81)

A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social.

O modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase fornece a posição bienal de dados qualitativos, quantitativos, reunindo indicadores de faturamento, laborial, social, ambiental e indicadores do corpo funcional da empresa. Para os indicadores laboriais, é proposta uma comparação percentual em relação ao Resultado Operacional e à Folha de Pagamento Bruta da empresa. Já os indicadores sociais e ambientais se propõem a mesma comparação percentual, contudo, em relação ao Resultado Operacional e à Receita Líquida.

Em relação aos dados financeiros e sociais, presentes no Balanço Social, Sucupira (s. d.) esclarece que:

A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou quantitativamente é fundamental para que este instrumento não se torne apenas uma peça de marketing. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatores sociais permite uma correta avaliação, porém, a construção de índices ajudará nas análises comparativas, seja da própria empresa ao longo de um período, seja entre empresas de um mesmo setor. O mercado será o grande auditor das empresas.

O Balanço Social, como instrumento de divulgação deste tipo de informação, pode contribuir para reforçar a imagem institucional de corporações ou de marcas e produtos a elas associados, na medida em que se apresente não apenas como mais um atributo de marketing, mas como um demonstrativo de efetiva.

A divulgação do balanço social tem caráter mais educativo do que simplesmente prestar contas à sociedade. A marca é vista positivamente pela sociedade o que incita mais empresas a buscarem sua participação na transformação social e à divulgação transparente e honesta do balanço social. Ferramenta eficaz para tal procedimento.

O balanço social é a principal ferramenta de divulgação das ações de responsabilidade social. A empresa que demonstra transparência e honestidade conquista uma imagem positiva junto aos *stakeholders*. E o balanço social tem a função de demonstrar o comprometimento da empresa (independente de seu porte) na busca pela transformação social.

No Brasil, apesar de não existir uma legislação específica que obrigue a publicação desse demonstrativo é cada vez maior o número de empresas que o publicam de forma voluntária. Porém em alguns estados e municípios existem leis que incentivam a publicação.

2.2.1 O Balanço Social e a Qualidade da Informação

O Balanço Social tem sido criticado em função de que os demonstrativos publicados atualmente mostram-se incompletos, com baixa padronização e transparência, bem como a forte influência da área de marketing. Daí surge a discussão sobre a necessidade de normatização do Balanço Social, em face da tentativa de tornar esse demonstrativo contábil padronizado e mais transparente, e assim útil para a tomada de decisões. O Brasil possui algumas normatizações sobre o balanço social, embora ainda não tenha sido aprovado nenhum projeto de lei em esfera federal.

A qualidade da informação contida nos Balanços Sociais é uma questão bastante discutida. Siqueira e Vidal (2003) citam quatro aspectos que servem de norte para estes debates, que seriam: a padronização, o viés para potencialização de resultados, a baixa transparência e a abrangência destes relatórios.

Nos tópicos a seguir será apresentado com maiores detalhes cada um desses aspectos, destacando os conceitos e, principalmente, a importância na divulgação do Balanço Social.

2.2.2 Padronização

A padronização está diretamente relacionada com a necessidade de comparação entre os Balanços Sociais envolvendo períodos diferentes, diferentes empresas, sendo este um ponto já criticado pela literatura nacional e internacional (GRI, 2002, p. 27; SIQUEIRA, VIDAL, 2003, p. 8; SILVA et al, 2001). Em pesquisa realizada por Siqueira e Vidal (2003), o modelo de Balanço Social mais utilizado na amostra obtida foi a DVA, seguido pelo modelo Ibase e posteriormente por uma abordagem qualitativa.

Observou-se que, mesmo nos padrões mais solidamente consolidados (Ibase e DVA) existia grande diversidade de apresentação. Foi observado também que, freqüentemente, às demonstrações numéricas eram agregados textos extensos, com baixo poder explicativo, aumentando a dificuldade de análise por parte do usuário. Silva et al (2001) também chegou à conclusão de que no modelo da DVA há falta de padronização, após realizar um trabalho que

comparava duas amostras: uma de 16 empresas nacionais e outra de 10 empresas internacionais.

2.2.3 Viés para Potencialização de Resultados

Este aspecto trata da utilização do Balanço Social como sendo uma demonstração onde serão evidenciadas as contribuições positivas da organização em relação à sociedade. Ou seja, algumas empresas insistem em considerar que esta demonstração nada mais é que um instrumento de marketing, onde serão evidenciadas as “benfeitorias” realizadas por elas. Quando isto ocorre, o Balanço Social acaba se afastando de sua essência, que seria, segundo a Fipecafi (2000, p.31) “demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida”.

Entende-se por resultado a contraposição entre aspectos positivos e negativos da atividade econômica onde a prevalência dos primeiros seria um indicador de responsabilidade social. É importante destacar que estes últimos aspectos não têm recebido a devida atenção, o que leva ao questionamento da validade do Balanço Social nestes casos, pois este passaria a ser divulgado de acordo com o que for mais conveniente para a empresa. Taylor (1980, p.32 apud CUNHA, RIBEIRO, 2004) afirma que:

O Balanço Social não é, nem pode ser, um meio de dar publicidade ao fato de sermos muito bons no aspecto social. É um meio para verificar, realmente, como somos, objetiva e desapaixonadamente, por meio de uma avaliação asséptica dos resultados que vamos obtendo no campo.

Portanto, o Balanço Social, estando devidamente normatizado e padronizado, além de servir como uma ferramenta para a implementação da estratégia empresarial, é considerado um relatório gerencial complementar as informações contábeis, podendo fornecer informações para a tomada de decisão dentro das empresas.

2.2.4 Baixa Transparência

O Balanço Social traz consigo uma palavra que vem sendo fruto de diversas discussões: “transparência”. A transparência das informações publicadas se traduz pelo atendimento a diversos pontos, tais como: a existência de evidenciações no corpo do relatório que permitam uma melhor compreensão por parte do usuário, a revisão por entidade não

vinculada com a gestão da organização, ou ainda, através da identificação de um responsável pelas informações que possa servir de interlocutor com os *stakeholders* e para dirimir dúvidas.

Num contexto geral, os balanços sociais apresentados atualmente mostram-se incompletos, isto faz com que o referido demonstrativo se enfraqueça em relação a sua finalidade, que é apresentar informações qualitativas e quantitativas sobre a posição da empresa perante a sociedade e o meio ambiente.

Os principais pontos que levariam a uma maior transparência das informações veiculadas no Balanço Social seriam:

- (1) notas explicativas associadas às informações;
- (2) auditoria; e
- (3) identificação de um responsável pelas informações contidas no relatório.

As notas explicativas se fazem necessárias para garantir aos usuários informações claras e completas sobre a organização. Estas podem ser utilizadas para oferecer explicações complementares sobre o impacto das operações da empresa, para determinar a composição de certos indicadores, ou descrever as práticas utilizadas na confecção do relatório.

A existência de uma auditoria externa aos demonstrativos sociais aumenta a confiabilidade dos dados apresentados. Segundo Tinoco (2002), a auditoria do Balanço Social juntamente com outros relatórios consente aos empresários e aos agentes sociais identificar, avaliar e atuar sobre os fatos sociais ligados à empresa, tanto interna como externamente.

A identificação de um responsável pelas informações é outro ponto que precisa ser observado, pois assim as informações passariam a ter maior credibilidade, já que existiria um indivíduo dentro da organização que responderia por possíveis imprecisões divulgadas à sociedade. Este responsável serviria também como um interlocutor entre a empresa e os *stakeholders*, tratando de assuntos relacionados com a responsabilidade social da empresa.

Provavelmente, um dos fatos que levam à baixa transparência dos Balanços Sociais é a falta de regulamentação, pois a medida em que esta existisse, os três pontos citados acima poderiam ser atendidos.

Nelson Carvalho, em entrevista a Varella (2002), afirma que é de ciência de todos que a transparência leva, automaticamente, ao procedimento adequado, quando todos conhecem o que fazemos, tendem a fazê-lo de maneira mais sucedida possível. O mesmo se referia às demonstrações contábeis financeiras, porém este comentário é válido, ou pelo menos deveria ser, também para o Balanço Social.

2.2.5 Abrangência

A abrangência de um relatório social está associado à divulgação de um amplo leque de informações à sociedade, que pode ser entendido – e é neste trabalho – como o atendimento às vertentes elencadas pela Fipecafi (2000).

A GRI (2002, p. 24) trabalha com três das quatro vertentes citadas acima que seriam relativas “ao desempenho econômico, ambiental e social”. Porém, se a DVA for encarada como um instrumento de quantificação dos aspectos redistributivos das operações da empresa, então a GRI atenderá a todas as vertentes da Fipecafi (2000), visto que nos indicadores econômicos estes aspectos redistributivos são contemplados.

Uma maneira de evitar a distorção da função do balanço social seria instituir uma regulamentação que proporcione fundamentos para que este demonstrativo alcance o seu propósito, e apresente informações padronizadas, completas e transparentes.

No próximo capítulo abordar-se-á a análise e estudo da Caixa Econômica Federal, no que concerne ao seu histórico e análise e interpretação dos balanços sociais entre os anos de 2003 e 2006.

3 ANÁLISE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Este capítulo apresenta um breve histórico da CEF, no qual será analisada a participação como empresa socialmente responsável, através dos dados publicados em seus balanços sociais dos anos de 2003 a 2006.

Após a análise comparativa entre os anos supracitados da CEF serão apresentados os resultados da pesquisa.

3.1 HISTÓRICO DA CEF

A Caixa Econômica Federal - CEF é uma instituição financeira constituída sob a forma de Empresa Pública de Direito Privado, criada nos termos do Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969. Tem sede e foro na capital da República e representatividade em todo o território nacional. Está sujeita à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil (OTANI, 2005).

A empresa foi criada em 12 de janeiro de 1861, na cidade do Rio de Janeiro, pelo imperador D. Pedro II, com o nome de “Caixa Econômica e Monte de Socorro”. A finalidade era incentivar a poupança popular e conceder empréstimos sob penhor, às classes menos favorecidas. Era também uma forma de combate à especulação gerada no mercado financeiro brasileiro por bancos privados que emitiam dinheiro sem lastro.

O processo de expansão da empresa por todo o Brasil inicia-se em 1874, a partir de sua instalação nas províncias de Alagoas, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul. Nessa época, vários escravos conseguiram a liberdade através da CEF, guardando o seu dinheiro em cadernetas de poupança para depois comprarem as suas cartas de alforria.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, a atuação da empresa foi expandida em razão da credibilidade de seus serviços. Assim, em 1930, a empresa tornou-se a gestora de políticas públicas de controle de atividades econômicas e de fomento, por meio das carteiras de hipoteca, de caução de títulos, de consignações, operando com financiamento de obras públicas e privadas. No ano seguinte, foram instituídos os empréstimos imobiliários com garantia hipotecária, ampliando significativamente o número de operações na construção de moradias populares. Em 1934, têm início as operações de empréstimo comercial e em consignação para os servidores públicos, que deram novo impulso aos negócios realizados pelas Caixas Econômicas nos Estados.

A primeira grande reforma administrativa na empresa aconteceu ao final da década de 60, durante o regime militar, com a unificação das 22 Caixas Econômicas que operavam de

forma independente. O Decreto número 759/1969 constitui a CEF, vinculada ao Ministério da Fazenda, como instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Este decreto especifica também as suas atividades, a saber: receber depósitos de poupança; conceder empréstimos e financiamentos para pessoas físicas e jurídicas; operar no setor habitacional como agente do então Banco Nacional de Habitação (BNH); explorar, com exclusividade, os serviços de loterias (à época, com duas modalidades, Federal e Esportiva); e prestar serviços à população brasileira. Este último item permite a instalação gradativa de outras ações, paulatinamente agregadas às funções da CEF.

A partir da década de 70, a CEF assumiu definitivamente o papel de banco social, passando a executar a política do Conselho de Desenvolvimento Social, por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAZ, criado em 1974, com a intenção de sustentar financeiramente programas de caráter social, enquadrados nas diretrizes e prioridades estratégicas de desenvolvimento social do país. Nessa mesma época, a Caixa Econômica Federal iniciou a gestão de diversos programas governamentais, tais como o Crédito Educativo, o PIS e o Programa Nacional de Centros Urbanos (OTANI, 2005).

Com a determinação governamental da extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH e de sua absorção pela CEF, em 1986, a empresa assumiu também a gestão de programas habitacionais, transformando-se na maior agência de desenvolvimento social da América Latina. Em 1989, a CEF passa a administrar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, tornando-se responsável por uma parcela do patrimônio dos trabalhadores brasileiros.

No início da década de 90, a empresa enfrenta a fase mais difícil de sua história. Como consequência dessa condução política na década de 80, a CEF estava descapitalizada financeiramente, sendo necessário recorrer aos empréstimos de liquidação do Banco Central. Por isso, a década de 90 representa o início de um processo de reorganização administrativa, culminado com a reestruturação organizacional da empresa. Surgiu então, uma nova estrutura administrativa, a expansão de seus limites de atuação pela busca de outros segmentos de mercado e elaboração de novos produtos. Em 1995, o Programa de Racionalização e Competitividade – PRC, estabeleceu uma descentralização administrativa, melhorando os processos de trabalho e reduzindo as despesas operacionais.

Além disso, ao final da década de 90, a CEF lançou o projeto 500, investindo numa filosofia de atendimento integrado, criando condições ambientais e tecnológicas capazes de atender às novas expectativas dos clientes. Instalações modernas, serviços automatizados,

mobiliário ergonômico e empregados qualificados são algumas das premissas desse projeto. Este projeto teve o desafio de também desenvolver uma nova identidade visual da empresa, traduzindo os novos valores da instituição e tornando-os perceptíveis ao público. Ao final do projeto 500, em 1997, foi lançada oficialmente a nova logomarca da Caixa Econômica Federal.

Atualmente, a Caixa Econômica Federal, com 145 anos de existência, é considerada o maior banco público da América Latina, e o principal agente de políticas públicas do governo federal brasileiro. E a sua vocação social não a impede de ser uma instituição financeira competitiva e rentável. Isso se traduz no lucro obtido pela instituição em 2005, no valor de R\$ 2,07 bilhões, 46% maior que o lucro de 2004. Este crescente sucesso tem servido para ampliar a capacidade da CEF de promover a inclusão bancária das populações de baixa renda e patrocinar ações voltadas ao desenvolvimento humano, através do apoio às iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

A rede de atendimento da CEF possui atualmente 17 mil pontos de atendimento e 2.377 agências, estando presente em todos os 5.562 municípios brasileiros. A empresa conta com 68.257 empregados, além de estagiários, prestadores de serviço e adolescentes-aprendizes.

A missão da CEF é promover a melhoria contínua da qualidade de vida da população brasileira, intermediando recursos e negócios financeiros, atuando no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social. A CEF tem como valores fundamentais o direcionamento de ações para o atendimento das expectativas dos clientes e da sociedade, a busca permanente de excelência na qualidade dos serviços prestados, o equilíbrio financeiros em todos os negócios, a conduta ética pautada nos valores da sociedade e o respeito e valorização do ser humano.

3.2 ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DOS ANOS DE 2003 A 2006

Primeiramente são apresentados os Balanços Sociais da Caixa Econômica Federal dos anos de 2005 e 2006, e, em seguida, os balanços sociais de 2003 e 2004.

Esses demonstrativos são publicados anualmente, com informações sobre projetos, benefícios e ações dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade, no âmbito da Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.

BALANÇO SOCIAL						
1. Base Cálculo	2006 Valor (mil reais)			2005 Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)	38.556.488			34.231.733		
Resultado Operacional (RO)	3.133.784			3.081.419		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	6.244.151			5.584.780		
2. Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	478.073	7,66%	1,24%	342.503	6,13%	1,00%
Encargos Sociais Compulsórios	1.152.120	18,45%	2,99%	970.089	17,37%	2,83%
Previdência Privada	134.327	2,15%	0,35%	159.088	2,85%	0,46%
Saúde	272.236	4,36%	0,71%	202.570	3,63%	0,59%
Segurança e Medicina no Trabalho	9.556	0,15%	0,02%	4.230	0,08%	0,01%
Educação	20.350	0,33%	0,05%	15.710	0,28%	0,05%
Cultura	16.312	0,26%	0,04%	11.298	0,20%	0,03%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	30.397	0,49%	0,08%	22.582	0,40%	0,07%
Creches ou Auxílio-Creche	27.730	0,44%	0,07%	25.892	0,46%	0,08%
Participação nos Lucros ou Resultados	417.309	6,68%	1,08%	216.576	3,88%	0,63%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores Sociais Internos	2.558.409	40,97%	6,64%	1.970.538	35,57%	5,80%
3. Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	564	0,02%	0,00%	89	0,00%	0,00%
Cultura	32.154	1,03%	0,08%	23.000	0,75%	0,07%
Saúde e Saneamento	609	0,02%	0,00%	814	0,03%	0,00%
Esporte	20.608	0,66%	0,05%	24.800	0,80%	0,07%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	255	0,01%	0,00%	2.771	0,09%	0,01%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	54.190	1,73%	0,14%	51.474	1,67%	0,15%
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	1.329.562	42,43%	3,45%	1.704.328	55,31%	4,98%
Total - Indicadores sociais Externos	1.383.752	44,16%	3,59%	1.755.802	56,98%	5,13%
4. Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	2.705	0,09%	0,01%	751	0,02%	0,00%
Investimentos em Programas e/ ou Projetos Externos	2.307	0,07%	0,01%	400	0,01%	0,00%
Total - Investimentos em Meio Ambiente	5.012	0,16%	0,01%	1.151	0,04%	0,00%
Quanto ao Estabelecimento de Metas Anuais para Minimizar Resíduos (3), o consumo em Geral na Produção/ Operação e Aumentar a Eficácia na	<input type="checkbox"/> Não Possui Metas			<input type="checkbox"/> Não Possui Metas		
	<input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75%			<input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75%		

Utilização de Recursos Naturais (4), A Empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50%			<input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50%		
	<input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%			<input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do Corpo Funcional	2006			2005		
N.º de Empregados ao Final do Período	72.252			68.257		
N.º de Admissões Durante o Período	6.199			10.035		
N.º de Empregados Terceirizados	12.820			16.951		
N.º de Adolescentes Aprendizizes	3.600			3.125		
N.º de Estagiários	11.772			11.878		
N.º de Empregados Acima de 45 Anos	26.389			22.486		
N.º de Mulheres que Trabalham na Empresa	33.812			31.971		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	39,59%			52,73%		
N.º de Negros que Trabalham na Empresa	11.720			10.598		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros	12,29%			11,86%		
N.º de Portadores de Defic. ou Neces. Especiais	450			420		
6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2006			2005		
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	19,29			18,16		
Número Total de Acidentes de Trabalho	740			1.580		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Direção	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Todos + CIPA	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores(as), a Empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Segue as Normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Segue as Normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT
A Previdência Privada completa:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntários a Empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apóia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Apóia	<input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores:	Na empresa 196.000	No PROCON 797	Na justiça 29.079	Na empresa 144.272	No PROCON 7	Na justiça 30.294
% de Reclamações e Críticas solucionadas:	Na empresa 93,20%	No PROCON 81,40%	Na justiça 23,58%	Na empresa 100%	No PROCON 7%	Na justiça 17,92%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$)	Em 2006 R\$ 10.883.584			Em 2005 R\$ 10.042.425		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	19,89% Governo, 53,53% Colaboradores(as), 10,53% Acionistas, 4,65% Terceiros e 11,39% Retido			24,13% Governo, 50,61% Colaboradores(as), 7,34% Acionistas, 4,62% Terceiros e 13,30% Retido		

BALANÇO SOCIAL						
1. Base Cálculo	2004 Valor (mil reais)			2003 Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)	27.572.772			31.999.047		
Resultado Operacional (RO)	1.794.819			2.199.070		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.739.574			4.030.200		
2. Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	300.658	0,34%	1,90%	223.779	5,55%	0,70%
Encargos Sociais Compulsórios	847.560	17,88%	3,70%	802.177	19,90%	2,51%
Previdência Privada	115.209	2,43%	0,42%	115.273	2,86%	0,36%
Saúde	200.248	4,23%	0,73%	152.082	3,77%	0,48%
Segurança e Medicina no Trabalho	5.334	0,11%	0,02%	3.204	0,08%	0,01%
Educação	22.359	0,47%	0,08%	1.000	0,02%	0,00%
Cultura	7.165	0,15%	0,03%	4.850	0,12%	0,02%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	18.877	0,40%	0,07%	19.840	0,49%	0,06%
Creches ou Auxílio-Creche	24.845	0,52%	0,09%	23.640	0,59%	0,07%
Participação nos Lucros ou Resultados	187.634	3,96%	0,68%	149.909	3,72%	0,47%
Outros	0	0,00%	0,00%	59.463	1,48%	0,19%
Total - Indicadores Sociais Internos	1.729.889	36,50%	6,27%	1.555.217	38,59%	4,86%
3. Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	521	0,03%	0,00%	306	0,01%	0,00%
Cultura	17.593	0,98%	0,06%	9.651	0,44%	0,03%
Saúde e Saneamento	1.978	0,11%	0,01%	423	0,02%	0,00%
Esporte	8.700	0,48%	0,03%	5.206	0,24%	0,02%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	3582	0,20%	0,01%	2.800	0,13%	0,01%
Outros	0	0,00%	0,00%	615	0,03%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	32.374	1,80%	0,12%	19.001	0,86%	0,06%
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	863.649	48,12%	3,15%	1.168.366	53,13%	3,65%
Total - Indicadores sociais Externos	928.397	51,73%	3,37%	1.187.367	53,99%	3,71%
4. Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	462	0,03%	0,00%	nd	nd	nd
Investimentos em Programas e/ ou Projetos Externos	2.863	0,16%	0,01%	2872	0,13%	0,01%
Total - Investimentos em Meio Ambiente	3.325	0,19%	0,01%	2.872	0,13%	0,01%
Quanto ao Estabelecimento de Metas Anuais para Minimizar Resíduos (3), o consumo em Geral na Produção/ Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais (4), A Empresa:	<input type="checkbox"/> Não Possui Metas			<input checked="" type="checkbox"/> Não Possui Metas		
	<input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75%			<input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75%		
	<input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50%			<input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50%		
	<input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%		

5. Indicadores do Corpo Funcional	2004			2003		
N.º de Empregados ao Final do Período	59.610			57.018		
N.º de Admissões Durante o Período	4.050			2.884		
N.º de Empregados Terceirizados	24.180			27.678		
N.º de Adolescentes Aprendizizes	0			0		
N.º de Estagiários	14.556			8.727		
N.º de Empregados Acima de 45 Anos	17.724			14.199		
N.º de Mulheres que Trabalham na Empresa	28.328			27.043		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	38,80%			38,44%		
N.º de Negros que Trabalham na Empresa	8.509			7.728		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros	12,00%			12,33%		
N.º de Portadores de Defic. ou Neces. Especiais	322			304		
6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2004			2003		
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	15,59			15,14		
Número Total de Acidentes de Trabalho	591			591		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos empregados	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Todos + CIPA	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores(as), a Empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Segue as Normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Segue as Normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT
A Previdência Privada completa:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e Gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntários a Empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apóia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apóia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores:	Na empresa 106.609	No PROCON 221	Na justiça 1.094.077	Na empresa 127.930	No PROCON nd	Na justiça 1.039.373,15
% de Reclamações e Críticas solucionadas:	Na empresa 100%	No PROCON 100%	Na justiça 18,13%	Na empresa 100%	No PROCON nd	Na justiça 10%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$)	Em 2004 R\$ 7.605.734			Em 2003 R\$ 7.292.333		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	23,53% Governo, 2,61% Colaboradores(as), 6,90% Acionistas, 5,19% Terceiros e 11,77% Retido			24,92% Governo, 47,43% Colaboradores(as), 10,96% Acionistas, 4,43% Terceiros e 12,26% Retido		

3.3 ESTUDO DOS BALANÇOS SOCIAIS DA CEF DE 2003 A 2006

Analisando os balanços sociais das empresas tratadas neste trabalho, observou-se que as duas adotam modelos de balanços semelhantes, ou seja, o modelo sugerido pelo IBASE.

3.3.1 Base de Cálculo

No que se refere ao item Base de Cálculo, observa-se que a Receita Líquida em 2006 aumentou 20,49% em relação ao ano de 2003, ou seja, cresceu R\$ 6.557.441,00.

Observa-se também que no ano de 2004 a CEF obteve a menor Receita Líquida se comparada com os outros anos estudados, valor este 13,83% menor do que o ano anterior (2003), totalizando R\$ 27.572.772,00.

Na Figura 01 abaixo pode-se verificar esta evolução da receita líquida.

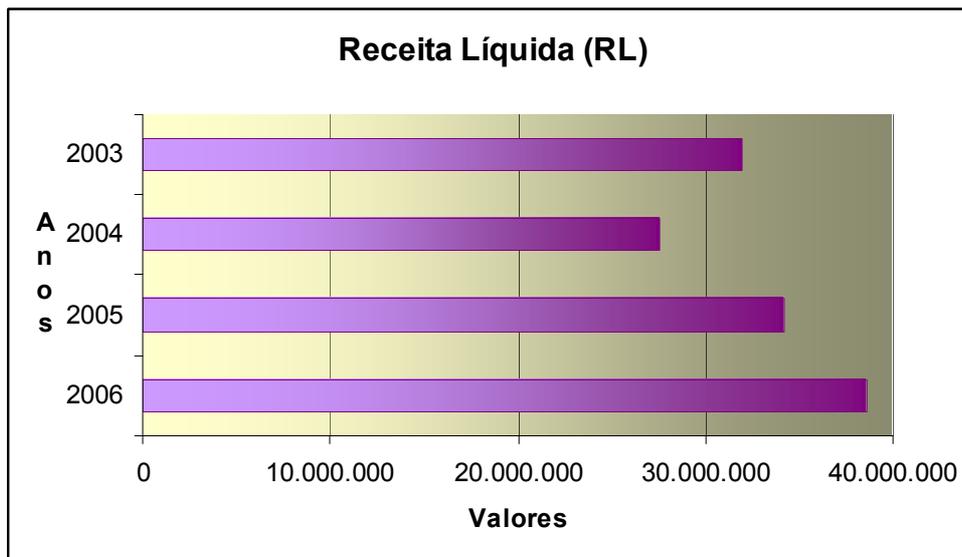


Figura 01: Receita Líquida (RL).
Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à Folha de Pagamento pode-se verificar que teve um acréscimo de 54,93% no ano de 2006 comparado com o ano de 2003, aumento este devido à ampliação do número de funcionários ao longo dos anos.

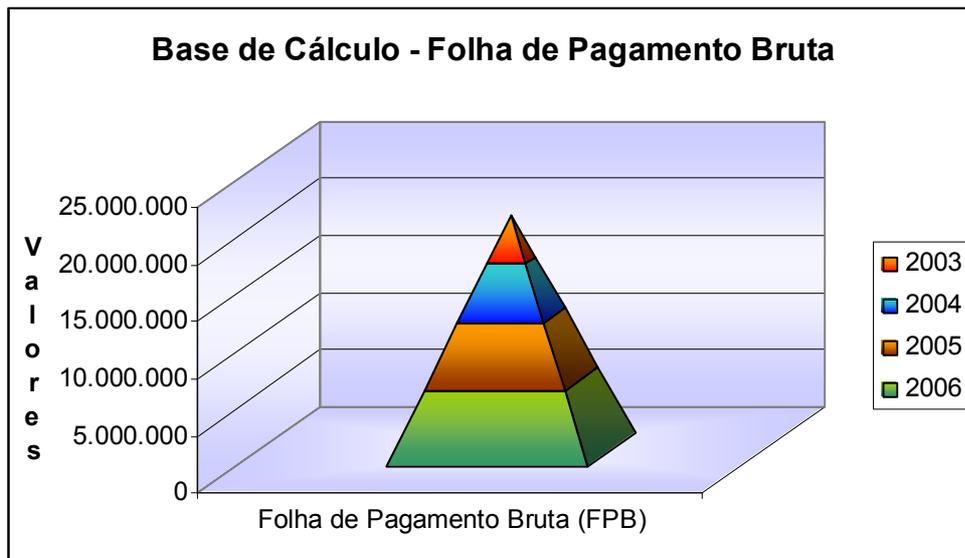


Figura 02: Base de Cálculo – Folha de Pagamento Bruta.
Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 02 pode-se observar claramente o aumento progressivo dos valores referentes à Folha de Pagamento ao longo dos anos estudados.

3.3.2 Indicadores Sociais Internos

Com relação aos Indicadores Sociais Internos pode-se verificar uma progressão positiva, ou seja, a CEF vem superando o valor de seus investimentos nestes indicadores a cada ano.

Esta progressão é facilmente visualizada na Figura 03.

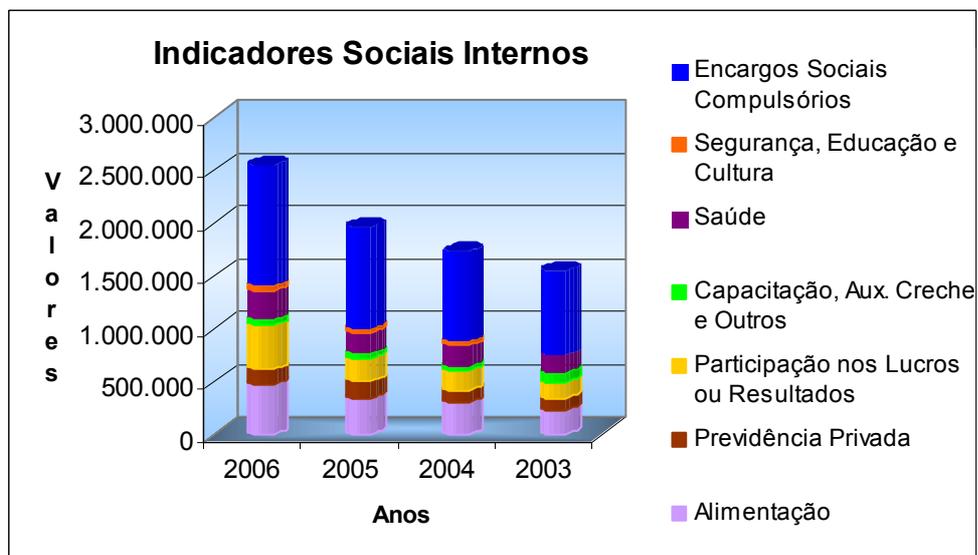


Figura 03: Indicadores Sociais Internos.
Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que o aumento mais expressivo nos Indicadores Sociais Internos aconteceu no ano de 2006, a ampliação foi de R\$ 587.871,00, representando 29,83% a mais em relação ao ano de 2005, e 58,60% do aumento total observado nos anos analisados, sendo que em 2005 o acréscimo foi de R\$ 240.649,00 e em 2004 de R\$ 174.672,00 o que representa respectivamente 23,99% e 17,41% do aumento total dos Indicadores Sociais Internos de 2003 a 2006.

Na Figura 04 pode-se observar o aumento percentual desses indicadores em relação ao ano de 2003.

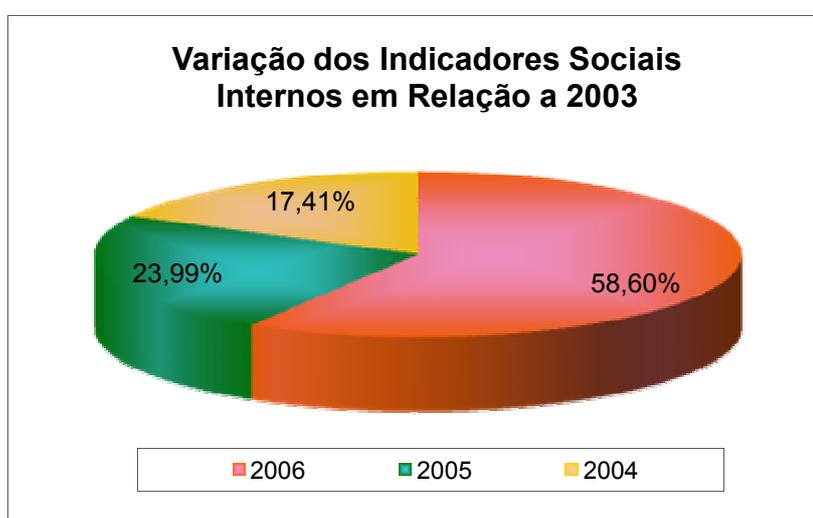


Figura 04: Variação dos Indicadores Sociais Internos em Relação a 2003.
Fonte: Dados da pesquisa.

Procedendo-se a análise dos Indicadores, observa-se que a CEF investiu em Segurança e Medicina no Trabalho, Educação e Cultura ao longo dos anos analisados, mas este valor representa apenas 1% do total de seus investimentos, destacando-se somente o ano de 2004, onde a mesma realizou o investimento mais expressivo em educação no total de R\$ 22.359,00.

Já na saúde, o investimento é mais significativo, e fica em torno de 10% do total dos investimentos em indicadores sociais internos.

A Figura 05 expressa a relação de todos os outros investimentos de Indicadores Sociais Internos com os investimentos em Segurança, Educação e Cultura e também os investimentos em Saúde.

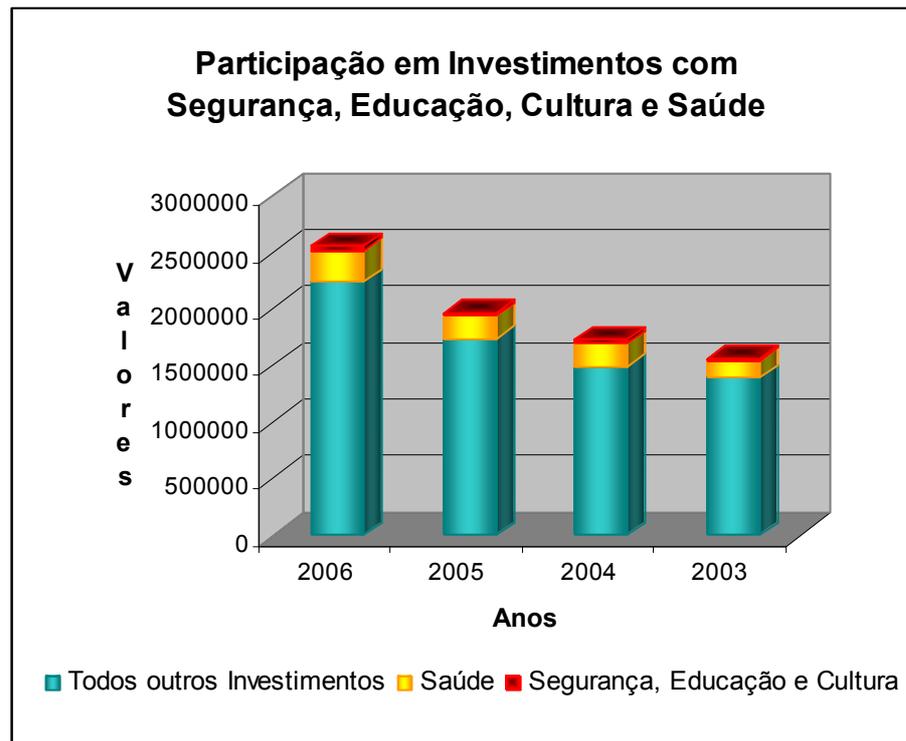


Figura 05: Participação em Investimentos com Segurança, Educação, Cultura e Saúde.
Fonte: Dados da pesquisa.

Uma Parcela Significativa dos Indicadores Sociais Internos é investida em Alimentação e Previdência Privada, como se pode observar na figura 06.

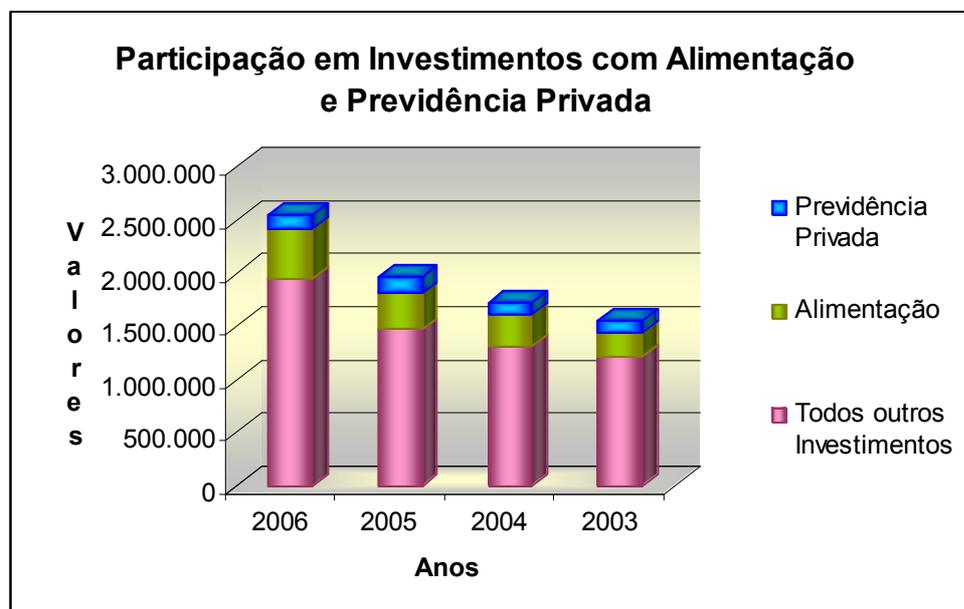


Figura 06: Participação em Investimentos com Alimentação e Previdência Privada.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os Investimentos com Alimentação vêm aumentando ao decorrer dos anos, em 2003 era de R\$ 223.779,00 e em 2006 chegou a R\$ 478.073,00. Para os Investimentos em

Previdência Privada, merece destaque o ano de 2005, onde foram investidos R\$ 159.088,00, que representou 38,01% a mais do que o ano de 2003. Já o ano de 2006 obteve uma queda neste valor, onde o investimento foi de R\$ 134.327,00.

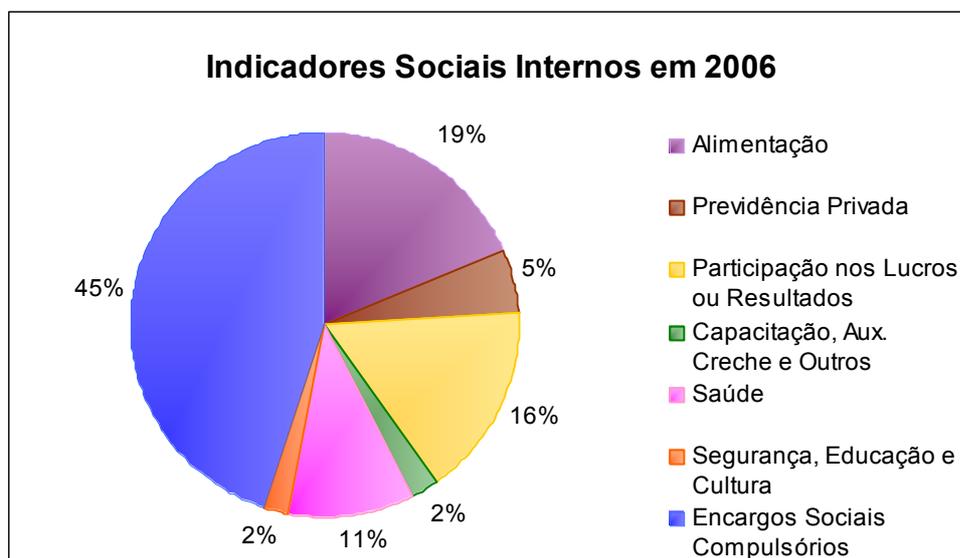


Figura 07: Indicadores Sociais Internos em 2006.
Fonte: Dados da pesquisa.

Observando bem os Indicadores Sociais Internos pode-se notar que a maior parcela destes indicadores corresponde aos gastos com Encargos Sociais Compulsórios, em 2006 essa parcela corresponde praticamente metade do total investido, como se pode verificar na figura 07 abaixo.

3.3.3 Indicadores Sociais Externos

A CEF vem investindo consideravelmente em contribuições realizadas em favor da sociedade ao longo dos anos, prova disso é que em 2006 o aumento percentual foi de 185,20% com relação ao ano de 2003.

Procedendo a análise dos Indicadores Externos, observa-se que a CEF tem maior foco de suas contribuições para a Cultura e o Esporte, sendo que o percentual designado elevou-se no decorrer dos anos. Em 2003 era de 78,19% do total das Contribuições em favor da Sociedade e em 2006 chegou a 97,36%.

Esta evolução dos Investimentos em Cultura e Esporte pode ser notada na figura 08.



Figura 08: Cultura e Esporte.
Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da significativa contribuição em favor da sociedade, observa-se que este valor não corresponde a 4% do total dos Investimentos Sociais Externos. A maior parte é destinada aos tributos, que se resumem em impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais menos os encargos sociais.

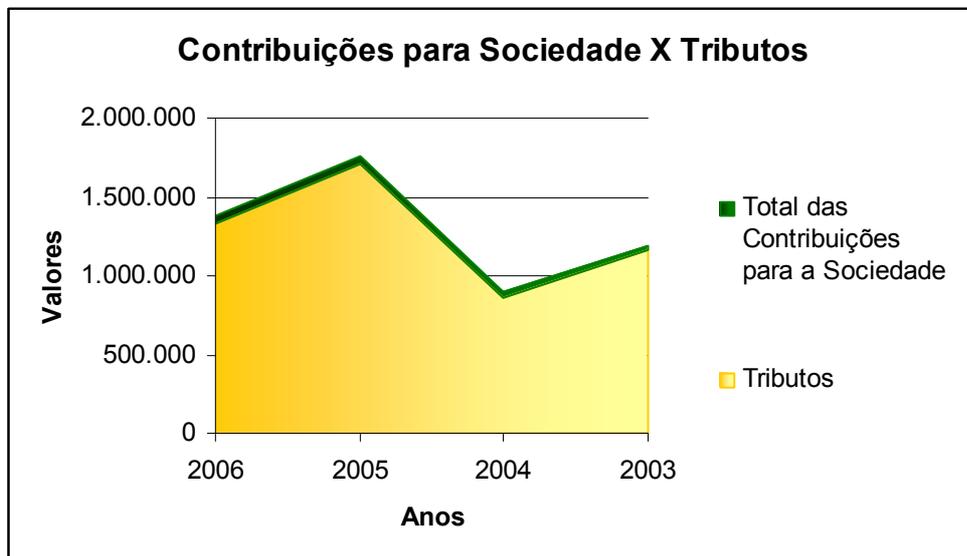


Figura 09: Contribuições para Sociedade X Tributos.
Fonte: Dados da pesquisa.

A disparidade de valores de Contribuições para a Sociedade confrontada com os valores referentes aos Tributos pode ser bem visualizada na figura 09.

3.3.4 Indicadores Ambientais

Os Indicadores Ambientais são apresentados no Balanço Social da CEF em dois indicadores distintos: Investimentos relacionados com a Produção/Operação da Empresa e Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos.

Quanto ao Estabelecimento de Metas Anuais para Minimizar Resíduos, o consumo em Geral na Produção/ Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a CEF começou a cumprir metas a partir de 2004.

Os Indicadores ambientais tiveram uma queda expressiva no ano de 2005, isto foi devido à pequena parcela de Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos.

Já no ano de 2006 nota-se uma elevação neste índice, devido ao grande investimento com a Produção/Operação da Empresa.

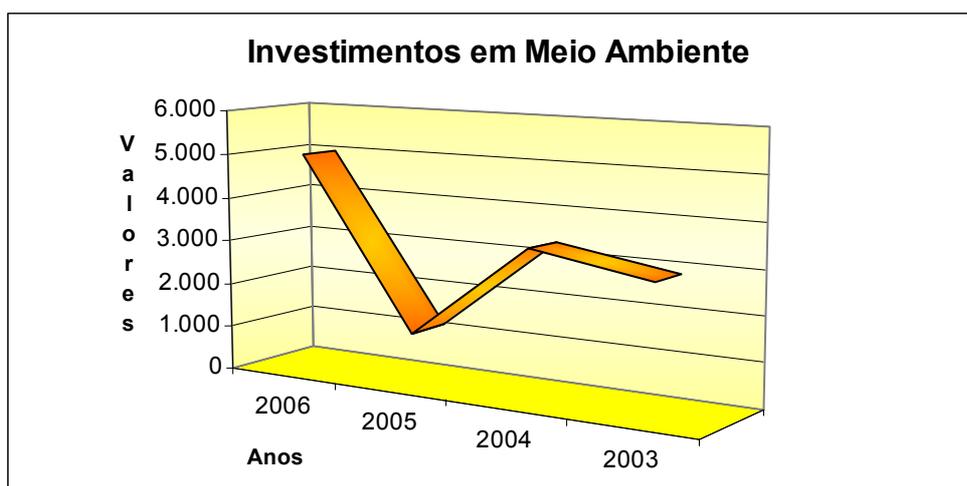


Figura 10: Investimentos em Meio Ambiente.
Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 10 apresenta a evolução destes investimentos.

3.3.5 Indicadores do Corpo Funcional

Com referência aos Indicadores do Corpo Funcional contidos no Balanço Social de 2003 a 2006 da CEF, faz-se as seguintes observações:

- 1 – a empresa apresentou um aumento de 15.234 funcionários;
- 2 – a maior quantidade de admissões ocorreu no ano de 2005, representando 14,7% do total de funcionários daquele ano;

- 3 – Com relação a empregados terceirizados houve uma redução de 14.858 funcionários ao longo dos anos. São considerados prestadores de serviço empregados de empresa contratada, conforme Lei 8.666/93, Decretos 3.555/00 e 3.931 e legislações posteriores, para prestar serviços contínuos – que constituem necessidade permanente – nas dependências da CEF ou nas de terceiros indicados pela CEF.
- 4 – A partir do ano de 2005 a CEF começou a contratar Adolescente Aprendiz, por meio do Programa Adolescente Aprendiz, admitindo em média 3 mil adolescentes por ano. Esse programa é desenvolvido pela CEF em parceria com entidades que visam à assistência do adolescente e à educação profissional.
- 5 – O percentual de número de estagiários, que são estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados à estrutura de ensino público ou particular, em nível superior e nível médio, teve um acréscimo de 40,05% de 2003 para 2004, apesar desta considerável elevação nos anos seguintes o corpo de estagiários reduziu-se e manteve-se praticamente constante nos anos de 2005 e 2006.
- 6 – no que se refere ao número de empregados acima de 45 anos, o percentual progrediu em 85,85%, sendo que, de 2004 para 2005 foi onde verificou um maior aumento. Em relação ao quadro funcional esse percentual também evoluiu, passando de 24,9% em 2003 para 36,52% em 2006.
- 7 – o percentual de mulheres que trabalham na empresa aumentou em 25,03% de 2003 para 2006 sendo que representam 46,8% do total de funcionários no ano de 2006. Com relação a Cargo de chefia, observa-se em 2005 o maior domínio das mulheres, chegando a 52,73%. Em 2006 houve um decréscimo desse percentual, passando para 39,59%.
- 8 – o número de empregados negros que trabalham na empresa vem aumentando ao longo dos anos, em 2003 eles representavam 13,55% do total de funcionários e em 2006 representam 16,22%. Tratando-se da cargos de chefia ocupados por negros, observa-se nos anos analisados que seu percentual é praticamente constante, ficando em torno de 12%;
- 9 – o número de portadores de deficiência ou necessidades especiais, de 2003 para 2006 cresceu em 48,03% passando a representar 450 funcionários.

Com relação ao corpo funcional, pode-se verificar um elevado aumento de funcionários ao longo dos anos, assim como também aumentou o número de mulheres e negros. Porém, ao analisar o número de empregados terceirizados nota-se uma redução considerável.

3.3.6 Receita Líquida Versus Indicadores

Cabe, ainda, ressaltar uma comparação de todos os indicadores com relação à Receita Líquida da CEF, a fim de verificar as contribuições em cada indicador. Esta comparação pode ser visualizada na tabela 01.

Tabela 01: Relação da Receita Líquida com os Indicadores

	2006		2005		2004		2003	
Valor da Receita Líquida (RL)	38.556.488		34.231.733		27.572.772		31.999.047	
INDICADORES	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total - Indicadores Sociais Internos	2.558.409	6,64%	1.970.538	5,76%	1.729.889	6,27%	1.555.217	4,86%
Total - Indicadores sociais Externos	1.383.752	3,59%	1.755.802	5,13%	928.397	3,37%	1.187.367	3,71%
Total - Investimentos em Meio Ambiente	5.012	0,01%	1.151	0,00%	3.325	0,01%	2.872	0,01%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em uma análise vertical, pode-se observar que no ano de 2006 o Total dos Indicadores Sociais Internos aumentaram 1,78% em relação a 2003, esse mesmo aumento não se pode observar para os Indicadores Sociais Externos, já que seus percentuais permaneceram constantes ao longo dos anos, com exceção do ano de 2005, onde obtiveram o maior percentual, chegando a 5,13% do Valor da Receita Líquida. Com relação aos investimentos em Meio Ambiente os percentuais são insignificantes comparando-os com o Valor da Receita Líquida.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as considerações quanto à problemática, quanto aos objetivos e por fim quanto as sugestões para futuros trabalhos.

4.1 CONCLUSÕES

Para que uma empresa tenha um diferencial e ganhe espaço no mercado é imprescindível seu comprometimento com a responsabilidade social, pois atualmente a sociedade em geral e os investidores passaram a valorizar as empresas que realizam ações de cunho social.

Analisando a base de informações apresentadas neste trabalho, observou-se o investimento da CEF em ações sociais, projetos e benefícios dirigidos aos empregados.

Com o intuito de minimizar problemas sócio-econômicos e também futuros problemas com o meio ambiente, as instituições financeiras estão desenvolvendo, cada vez mais, projetos sociais e ambientais.

Sabe-se que a missão da Caixa Econômica Federal é promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade, para tanto é necessário criar um desenvolvimento sustentável, apresentando relatórios que sirvam como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social empresarial.

A pergunta de pesquisa: “como foi a evolução qualitativa dos Balanços Sociais da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006?” foi gradativamente respondida ao decorrer do estudo de caso, onde, para respondê-la, analisaram-se os Balanços Sociais, como também, interpretaram-se as informações neles contidas. Ainda se desenvolveu diversas figuras para representar os dados analisados na pesquisa.

Com relação ao objetivo geral desta pesquisa, observou-se que a CEF vem ao longo dos anos aumentando seus investimentos em ações sociais e valorizando cada vez mais o seu corpo de funcionários, desempenhando assim, com transparência e responsabilidade, a sua principal função, que é ser uma empresa social.

Quanto aos objetivos específicos assegura-se que o estudo dos Balanços Sociais da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2003 a 2006, a identificação dos indicadores qualitativos desses demonstrativos no mesmo período, a comparação das informações de responsabilidade social nos balanços sociais referente aos anos de 2003 a 2006, foram alcançados no estudo da evolução dos Balanços Sociais, em que foram analisados e abordados

particularidades dos indicadores: base de cálculo, Sociais Internos, Sociais Externos, Ambientais, e de Corpo Funcional.

Na continuação da análise desenvolvida do Balanço Social da CEF, observou-se que os Indicadores Sociais Internos de 2003 para 2006 cresceram 64,50 %, no entanto, nos Indicadores Sociais Externos o desempenho não foi tão expressivo, com um aumento de apenas 16,54 %.

No mesmo sentido, ao verificar os Indicadores do Corpo Funcional da CEF, notou-se que o número de admissões em 2005 foi o maior de todos os anos, chegando a 10.035 funcionários, tendo uma queda para 2006 de 3.836 funcionários, o que representa uma diminuição de 38,23% de seu corpo funcional. Cabe salientar que nessas admissões estão incluídos empregados do sexo feminino, negros e portadores de deficiência ou necessidades especiais, já que os percentuais destes indicadores progrediram ao longo destes quatro anos analisados.

A incorporação do modelo IBASE, que é nacional e internacionalmente aceito revela que a instituição tem buscado a padronização de seus demonstrativos sociais.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Com relação ao estudo descritivo efetuado neste trabalho, sugere-se pesquisar e aprofundar-se dos projetos desenvolvidos e ações realizadas pela instituição, com o intuito de verificar se os investimentos estão sendo bem aplicados e se estão dando o retorno esperado para a sociedade.

Ainda sugere-se um estudo comparativo com outras instituições financeiras de capital público, bem como, também, com instituições financeiras privadas, para verificar a aplicação de recursos em Responsabilidade Social.

O tema tratado neste trabalho é visto atualmente com grande ênfase nas relações com investidores, fornecedores e sociedade. Portanto, recomenda-se um estudo mais aprofundado sobre o que realmente as instituições estão fazendo para contribuir com a sustentabilidade, e se o *marketing* social realizado condiz com as ações que as empresas vêm mantendo no meio social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. - Coordenação. **Ética e Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 25/01/2007.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em: 10/01/2007.

CARROLL, Archie; BUCHHOLTZ, Ann. **Business & Society: Ethics and Stakeholder Management**. Thomson Learning, South-Western College Publishing, 4th ed. 2000.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH J.; FERREL, L. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FREIRE, Fátima de Souza; MALO, François Bernard. Responsabilidade Social (Memória social e decisões estratégicas). Boletim do Ibase/"Orçamento e Democracia". Ano 6, Número 12. Junho de 1999, pág. 10 e 11. Disponível em:<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 10/01/07.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRI. Sustainability Reporting Guidelines. Boston: 2002. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 25/03/2008.

HERRMANN, Kristina K. Corporate Social Responsibility and Sustainable Development: The European Union Initiative as a Case Study. Indiana Journal of Global Legal Studies Bloomington: Summer 2004. Vol. 11, Iss. 2, p. 205-232 (28 pp.).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/>>. Acesso em 25/04/2008.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A Formação do Contabilista na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.gestipolis.com/Canais4/fin/formacao.htm>>. Acesso em: 09 maio 2005.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: uma proposta de normatização. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade**. Rio Grande do Sul, n. 104, p. 56 e 64, maio. 2001.

LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. de S. **Vale investir em Responsabilidade Social Empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Engenharia de Produção – Prêmio Ethos-Valor. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em:

http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/trabalhos/300_Alex_e_Debora.doc. Acesso em 25/01/2007.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos**. Brasil. 2002. 204 p. Tese (Curso de Ciências Contábeis) da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. edição. São Paulo, editora Atlas S.A., 2000.

OTANI, Nilo. A educação corporativa como estratégia competitiva: a universidade da Caixa Econômica Federal. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

PADUAN, Roberta. O Valor Invisível de Uma Empresa. **Revista Exame**, São Paulo, p. 60 - 61, março 2005.

PIOVESAN, Maria Cristina; SUGIZAKI, Edson; CARDOSO, Neuza Dornas. Balanço social: **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, v. 19.n. 2, p. 28-47, jul./dez.2000.

RESPOSANBILIDADE SOCIAL. [SI]: **Revista Eletrônica sobre Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/> Acesso em 31/01/2008.

SIQUEIRA, J. R. M. e VIDAL, M. C. R. Balanços Sociais Brasileiros: **Uma Análise de seu Estágio Atual**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3, 2003, São Paulo.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOCIEDADES POR AÇÕES. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em 27/02/2008.

SOUZA, Herbert de. **“Empresa Pública e Cidadã”**. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio & FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2001.

SUCUPIRA, João. **A Responsabilidade Social das Empresas**. Disponível em:<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 20/12/06).

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 2.ed. rev.amp. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **RBC Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade. Núm.135. Maio/junho de 2002, p. 57-73.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. **Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e Balço Social no Brasil**. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). **Balço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001. cap.2, p. 15-31.

TORRES, Ciro. **Responsabilidade Social e Transparência**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start>>.

VARELLA, M. A universalização da linguagem contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Nº 135. reportagem, maio/junho 2002 – Ano XXXI . ISSN0104/8341. p.16 a 21.